

A diferenciação dos espaços econômicos e a conformação de especificidades regionais na elite política mineira entre os séculos XVIII e XIX

Alexandre Mendes Cunha¹

Algo fundamental à compreensão do passado, ou do presente, de Minas Gerais é sem dúvida sua diversidade regional. Trata-se de aspecto marcado em mais de uma imagem literária e facilmente perceptível na paisagem social, cultural ou econômica do território. Vozes coincidentes asseverando sempre que Minas não é uma, são ao menos várias. Com base nessa perspectiva de leitura, dois aspectos inter-relacionados serão tratados aqui com vistas a compreender essa diversidade regional, que vai manifesta nas dinâmicas sócio-econômicas, no encontro com a esfera da ação política à primeira metade do século XIX: primeiro as tramas gerais da formação do espaço mineiro no século XVIII e dos mecanismos de progressiva diferenciação de dinâmicas econômicas até o século XIX; e na seqüência uma consideração acerca dessa diversidade na paisagem do poder político mineiro na primeira metade do século XIX.

A formação espacial das Minas

Um sentido geral organiza a argumentação aqui desdobrada acerca da dinâmica econômico-espacial de Minas no período. Trata-se da leitura da precocidade no processo de formação de uma base urbana nesse espaço, e do entendimento de que é exatamente esta base que viria a ser a responsável pela progressiva produção do espaço rural, e não o contrário. Sentido oposto, portanto, do que se processou em muitas outras partes da América portuguesa. A descoberta de jazidas auríferas em fins do século XVII é, como bem se sabe, o que motiva um fluxo populacional intenso, persistente, e concentrado para essa região. O que se daria a partir daí seria a conformação dos primeiros núcleos, com base no ajuntamento populacional relacionado à mineração, e neste sentido a produção de um espaço urbano já ao primeiro momento das Minas, em

¹ Pesquisador do Núcleo de Pesquisas em História Econômica e Demográfica do Cedeplar/UFMG e Doutorando em História pelo PPGH da UFF. Agradeço a João Bosco Moura Tonucci Filho (Bolsista PIBIC/CNPq do NPHEd do Cedeplar/UFMG) pelo auxílio no processamento dos dados.

particular superposição do espaço da produção com o da reprodução da vida.² Do urbano, como força primeira da dinâmica econômica no século XVIII, passar-se-ia progressivamente para uma conjuntura em que o rural viria a ocupar essa posição, o que já se verifica claramente nas primeiras décadas do século XIX. O que se vai resumindo aqui, com vistas a definir um quadro geral, é a complexificação progressiva da base econômica, particularmente no sentido da criação de áreas e setores complementares devido ao impulso direto da economia mineradora em sua base urbana. A organização espaços voltados ao abastecimento de víveres para os núcleos mineradores, em fenômeno que remonta as primeiras décadas do século XVIII, é só a face mais clara de uma dinâmica necessariamente múltipla e que tenderia a articular processos produtivos complementares, tanto em relação à produção primária quanto a atividades manufatureiras organizando espaços nos termos de “cadeias de dependência” e fluxos comerciais.³ Este processo de complexificação da base econômica anda em par com outro, que é o de diferenciação espacial. É desta forma que ao longo do século XVIII o território mineiro, que ainda que em termos estritamente econômicos delimitasse um só espaço regional efetivo, o dos núcleos mineradores e seu entorno, vai apontando o sentido da diferenciação progressiva desses espaços, compondo pouco a pouco outras dinâmicas econômicas com certo grau de autonomia. Desta forma, o espaço natural originalmente diverso das Minas, que foi reunido em uma só unidade de administração não por qualquer critério de homogeneidade mas por conta exatamente da intenção de marcar o insulamento das terras minerais, definiria pouco a pouco em termos da paisagem econômica, e também social e política, uma expressiva segmentação regional.

A matriz dessa diferenciação, não obstante, demarca-se efetivamente na segunda metade do século XVIII, com um certo amadurecimento daquela economia de base urbana, mas só se fazendo visível em termos de uma segmentação regional na primeira

² Este argumento foi desenvolvido originalmente em Roberto Luís de Melo MONTE-MÓR, *Gênese e Estrutura da Cidade Mineradora*, Belo Horizonte, Cedeplar/UFMG, 2001. (Textos para Discussão n.º 164) e Alexandre Mendes CUNHA, Roberto Luís de Melo MONTE-MÓR, “A Triade Urbana: construção coletiva do espaço, cultura e economia na passagem do século XVIII para o XIX em Minas Gerais”, *Anais do IX Seminário sobre a Economia Mineira*, vol. 1: 305-326, Cedeplar/UFMG, 2000.

³ O conceito de cadeias de dependência é desenvolvido por Immanuel WALLERSTEIN em: “Espaço Económico” [verbete] in: Ruggiero ROMANO (dir.), *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986 [Vol. 7 - Modo de Produção, Desenvolvimento/ Subdesenvolvimento]. A discussão metodológica e conceitual acerca do trabalho com regionalizações históricas, por sua vez, pode ser encontrada em: Alexandre Mendes CUNHA, Rodrigo Ferreira SIMÕES e João Antonio de PAULA, “História Econômica e Regionalização: contribuição a um desafio teórico-metodológico”. *Anais do XXXIII Encontro Nacional de Economia da ANPEC*. Natal: ANPEC, 2005.

Ante do comentário específico das regiões marcadas no mapa, é necessário aprofundar ainda alguns elementos da formação espacial mineira. Neste sentido, deve-se destacar que a própria forma da complexificação da economia mineira, coloca fundamentalmente em questão as transformações processadas entre o urbano e o rural. O urbano seria assim responsável, a partir das centralidades criadas no século XVIII, por deflagrar ou no mínimo acentuar a especialização das atividades econômica, e nisto a diferenciação espacial. A ruralização, por sua vez, não seria resultado somente do desenvolvimento do campo com relativa autonomização de circuitos de realização econômica, mas também, de uma relação nova e específica com os espaços citadinos intermediários que ao começo do Dezenove expandem seu número nas áreas mais dinâmicas da economia de base agropecuária, cumprindo funções de entrepostos, centro de serviços e articulando a teia econômica. Núcleos citadinos em expansão, rede de cidades adensando-se, mas, no entanto, sem representar um reforço de um processo urbano de produção coletiva e social do espaço, bem como sem reforçar a própria vida urbana nesses núcleos, uma vez que, como acentuam os viajantes que percorrem Minas no começo do Dezenove, em sua grande maioria esses muitos vilarejos do período só adquirem vida nos finais de semana, sendo quase de todo abandonados nos outros dias.⁴ Ou seja, o tema da ruralização na virada para o Dezenove não pode ser entendido nem como uma continuação do desenvolvimento do campo por conta da agricultura e pecuária, já em evidência na primeira metade do Dezoito; tampouco, como algo apartado da urbanização. Trata-se sim, de um processo espacial complexo, fruto da própria complexificação da base econômica, produzindo novas relações de centralidade, e nisto bases para novo desenho regional, e de forma mais ampla, neste imbricamento de urbano com o rural, possibilitando interpretações novas e com outros pressupostos para certos processos sociais e políticos em curso nas Minas desse tempo.

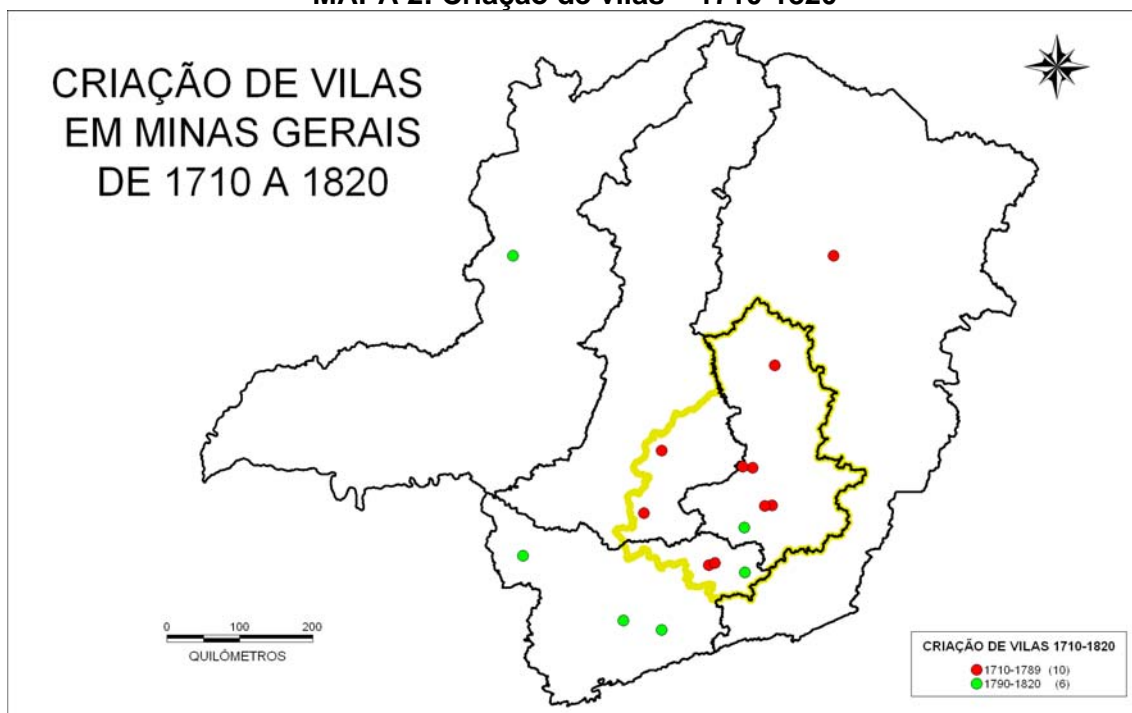
⁴ Auguste de Saint-Hilaire, com a autoridade de quem percorreu quase todas as regiões das Minas, em pontos diversos de seus relatos considera sobre o reduzido número de pessoas que residiam nas localidades de menor porte durante a semana, o que constitui um claro indício da força do processo de ruralização que marca o território na primeira metade do começo do Dezenove. Passando pelo julgado de Araxá em 1819 comenta: “Durante a semana a maioria das casas de Araxá fica fechada. Seus donos só ali aparecem aos domingos, para assistirem à missa, passando o resto do tempo em suas fazendas. Só permanecem nas cidades, nos dias de semana, os artesãos —alguns dos quais bastante habilidosos— as pessoas sem profissão, alguns comerciantes e as prostitutas. O que acabo de dizer aqui pode ser aplicado praticamente a todos os arraiais da Província de Minas.” [Auguste de SAINT-HILAIRE, *Viagem às nascentes do Rio São Francisco*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974, p.130.]

Cabe ainda insistir que a composição de uma rede de cidades⁵ ao longo do século XVIII é uma das marcas principais, e distintivo dos mais importantes, da urbanização mineira no quadro do Império português. A multiplicação de nucleações em função direta do “bom sucesso” na prospecção do ouro em determinado sítio, ou de posicionamento relevante para a estruturação dos fluxos comerciais para as áreas mineradoras, acaba por criar não uma ou duas vilas de importância na capitania, depois província, mas uma rede de localidades, com especificidades e certo nível de complementaridade, o que seria exacerbado ao longo do tempo, essencialmente após a retração do ouro. Se compararmos o quadro mineiro de então com o de uma capitania como a Bahia, o que se vê com clareza é exatamente este contraste no número e funções de seus núcleos urbanos. No contexto baiano de então o que se tem é a presença central de Salvador, concentrando comércio, poder público, e um setor de serviços e atividades urbanas sem equivalente em outras áreas, mesmo nas partes mais imediatas do recôncavo. Salvador é nesse caso o que se pode qualificar, dentro de um esquema proposto por Charles Tilly para a leitura de padrões de urbanização, “cidade primaz”.⁶ A forte concentração de capital e associada a uma dinâmica de acumulação algo acanhada traduzem para Salvador, diferentemente do que se dava no contexto das Vilas do Ouro mineiras, um quadro de relativo isolamento. Trata-se de um local da convergência de demandas das populações de uma área ampla, mas sem as possibilidades de efetivamente ultrapassar essa conjuntura expandindo seus efeitos em um quadro regional a partir dos encadeamentos próprios das trocas virtuosas entre núcleos no plano de uma rede de cidades. A força e a forma da propagação dessa rede de cidades, na qual fica patente a importância progressiva do sul de Minas a partir de fins do Dezoito e começo do Dezenove, pode ser percebida a partir dos **MAPAS 2 e 3**, da mesma forma, os **MAPAS 4 e 5**, ao oferecerem o recorte das comarcas para dois pontos no tempo na primeira metade do século XIX, deixam ver como é exatamente o espaço da comarca do Rio das Mortes, que ao período colonial cobre praticamente todo o sul de Minas, que vai se fragmentar mais intensamente, refletindo o crescimento da importância e da autonomia dos novos e múltiplos núcleos que aí iam sendo criados.

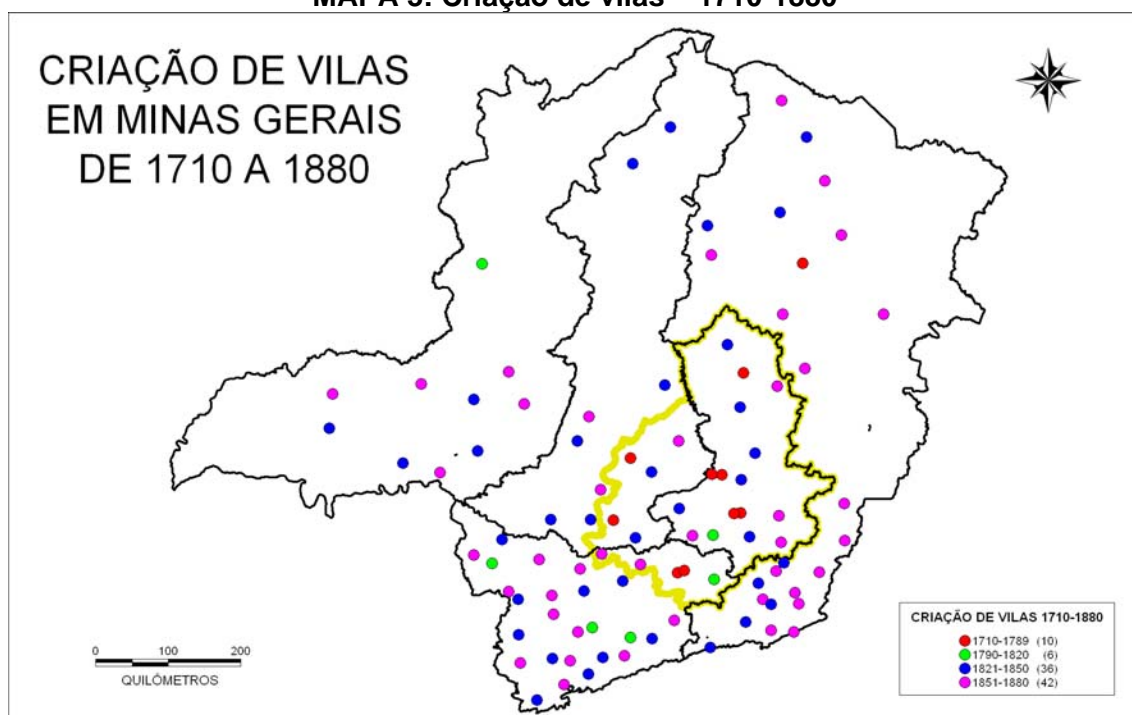
⁵ É sabido que Minas Gerais efetivamente só teria uma localidade com o título de cidade ao longo do período colonial, que é Mariana. Todavia, a utilização desta denominação aqui, em especial na expressão “rede de cidades”, reflete antes a percepção de certas funções próprias desse tipo de nucleação urbana do que a especificidade da titularidade desses espaços dentro da legislação portuguesa então vigente.

⁶ Charles TILLY, *Coerção, capital e estados europeus*, São Paulo, Edusp, 1996.

MAPA 2: Criação de vilas – 1710-1820



MAPA 3: Criação de vilas – 1710-1880



MAPA 4: Divisão de comarcas válida em 1822**MAPA 5: Divisão de comarcas válida em 1842**

Pode-se voltar agora para o **MAPA 1**, caracterizando as intenções gerais do desenho regional ali proposto. Neste sentido vale começar por advertir que o desenho

regional pensado para o século XVIII vai aqui projetado sobre os limites do atual estado de Minas Gerais. Obviamente as fronteiras da capitania e depois província passaram por redesenho até alcançar o recorte atual, todavia a utilização da fronteira atual reflete antes a necessidade de oferecer uma referência geral e conhecida para a localização do espaço em questão, não interferindo de maneira direta na caracterização dos espaços regionais descortinados no interior desse território. É importante acrescentar ainda duas outras considerações gerais sobre o mapa, primeiramente a importância das sedes urbanas das localidades como um dado fundamental para a compreensão da região de um ponto de vista econômico, uma vez que este é o instrumento primordial para a captação das redes de inter-relação mercantil, permitindo assim a configuração de sistemas de cidades com suas áreas de influência interpenetráveis. A outra questão, daí decorrente, é que se faz necessário o estabelecimento de limites regionais difusos, desta forma, a delimitação da fronteira não sentencia uma relação unívoca, daí o recurso às superposições no mapa e a idéia mais geral, da utilização deste como uma representação mais esquemática do que cartográfica, mesmo que uma dimensão na exclua a outra. Esses recortes, que vão representados no **MAPA 1**, podem comportar variações, mas em essência devem divisar os aspectos primordiais aqui aventados. O **MAPA 1** define assim alguns segmentos espaciais, que podem ser entendidos como regiões econômicas se observadas primordialmente a questão dos fluxos comerciais, do estabelecimento de cadeias de interdependência e da configuração mais geral de redes de cidades com suas áreas de influência. Um primeiro espaço, ligado à rota do São Francisco até os confins da Bahia, o caminho geral do sertão, vai referido como Região Curraleira; um segundo, que ultrapassa um pouco os limites setecentistas da comarca do Rio das Mortes está designado como Região Campos Sul. Para além disto é possível qualificar a existência superposta (definindo assim espaços de transição) do *hinterland* da Região Mineradora, ou simplesmente Região das Minas, com seu entorno estendido onde se qualifica para além da mineração, via de regra concentrada na nucleação urbana, tanto produção agropecuária como manufatureira. O resto dos espaços, por outro lado, não conformaria em fins do Dezoito regiões do ponto de vista econômico, sendo não mais que a soma áreas fracamente povoadas ou integradas, qualificadas no mapa como Sertões. Tal realidade não oblitera a existência aí de certos núcleos com hierarquia urbana superior, mas sem complementaridade com as áreas que lhes são

contíguas, o que configura os chamados “enclaves”, como Paracatu e Minas Novas no período. Finalmente, pode-se acrescentar que as superposições no desenho regional não qualifica somente os espaços de transição, mas também o sentido da diferenciação progressiva dos espaços econômicos, permitindo uma leitura dinâmica do mapa e sua utilização para a análise de um período de tempo alargado e não de um único ponto no tempo.

A percepção da diversidade e dos contrastes que marcam os espaços econômicos das Minas no Dezenove, viriam a se constituir em um dos pontos mais marcados pela historiografia recente da dinâmica política na província mineira, todavia ainda verifica-se um relativo vazio no que diz respeito à intercessão das questões econômicas e políticas e, conseqüentemente, tem-se pouco ou quase nada escrito em relação a uma efetiva caracterização de conjunto desses agentes políticos, econômicos e sociais nas regiões distintas de Minas no período, ponto fundamental para o adensamento da compreensão da diversidade de projetos políticos, estratégias de ação, etc. As evidências serão na seqüência apresentadas servem assim, não a uma exploração exaustiva, mas a uma primeira aproximação desse objetivo de qualificação ampla da elite política provincial.

Perfis regionais na dinâmica política provincial

Uma vez explorada as tramas gerais da formação espacial mineira e nisto o sentido da progressiva diferenciação regional, é possível agora caminhar no sentido de oferecer algumas evidências sobre as segmentações pertinentes ao cenário político mineiro na primeira metade do século XIX. Para tanto serão utilizadas algumas das fontes de natureza eleitoral disponíveis para o período, agregadas de forma a captar certo sentido geral na distribuição e especificidades desse contexto político. O ponto de partida é identificar a disposição de eleitores e votantes no interior território a partir das melhores listagens disponíveis e buscar algumas comparações em pontos diferentes do tempo. Os dados da eleição da 2ª Junta do Governo Provisório de 1822 são os primeiros a se prestarem a este tipo de exercício. Proveitosa comparação pode ser estabelecida com os dados dos votantes qualificados para toda a província, relativos ao ano de 1842. Com o intuito de pensar a especificidade regional, os dados foram segmentados de duas

formas: 1) com base na divisão de comarcas válidas para o primeiro período, o que permite comparações fundamentais com dados populacionais originalmente agregados nessas unidades; e 2) com base no desenho regional proposto para o século XVIII apresentado acima, o que ajuda na reflexão da progressiva diferenciação, século XIX adentro, dos espaços regionais aqui defendida.

No **QUADRO 1** estão então dispostos os dados de 1822 e os de 1842 agregados com base na divisão de comarcas válida para o primeiro período, sendo que o desenho desses espaços no período em questão pode ser acompanhado pelos recortes apresentados nos **MAPAS 4 e 5**. Analisando primeiro os dados de 1822, logo se deve anotar é a forte participação da comarca do Rio das Mortes (49% dos eleitores), no eixo sul do território, qualificando as questões primordiais reforçadas na historiografia tanto econômica quanto política acerca da crescente importância desta porção da província na primeira metade do Dezenove.⁷ Também é clara uma certa equivalência entre as comarcas de Ouro Preto, Rio das Velhas e Serro Frio, o que pode ser pensado a partir da partilha que estas três comarcas, juntamente com a do Rio das Mortes, fazem dos núcleos principais da região mineradora, que continuaria a guardar sua centralidade pelo século XIX adentro.⁸

QUADRO 1: Eleitores/votantes por comarca

Comarca	1822		1842	
	nº	%	nº	%
Ouro Preto	47	18,9%	8556	21,0%
Rio das Velhas	41	16,5%	6068	14,9%
Rio das Mortes	122	49,0%	19052	46,7%
Serro Frio	36	14,5%	5966	14,6%
Paracatu	3	1,2%	1168	2,9%
Total	249	100%	40810	100%

Fontes: *RAPM*, ano 1 (1896) e "Exposição feita pelo exm. conselheiro Bernardo Jacintho da Veiga, na qualidade de presidente da provincia de Minas Geraes (...), 1843.

⁷ Um dos estudos inaugurais dessa linha de reflexão, para ficar apenas com um título de grande representatividade, é a dissertação de mestrado de Alcir Lenharo (*As tropas da moderação (O Abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842)*). 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Educação. 1993. [1979]

⁸ Ver especialmente: Mario Marcos Sampaio RODARTE, *O caso das Minas que não se esgotaram: a pertinência do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais Oitocentista*, Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1999. (Dissertação de Mestrado em Economia).

QUADRO 2: População entre 1776 e 1835

Comarca	População					
	1776 [**]	%	c.1820	%	1835	%
Ouro Preto	78.618	23,00	71.796	13,02	84.376	12,14
Rio das Velhas*	99.576	29,13	142.840	25,91	189.785	27,32
Serro Frio	80.894	23,66	99.919	18,12	106.112	15,27
Rio das Mortes	82.781	24,21	236.819	42,95	314.495	45,27
Total	341.869	100	551.374	100	694.768	100

*inclui para efeito de comparação valores referentes à comarca de Paracatu

** valores ajustados por Laird W. Bergad

Fontes: *RAPM*, Ouro Preto (II, vol. 3), 1897, p. 511.; Raimundo José da Cunha MATOS, *Corografia...*, vol.1, pp. 89-216 e Maria do Carmo Salazar MARTINS, "Revisitando a província...", pp. 22-9; Laird W. BERGAD, *Slavery and the Demographic...*, pp.230-7.

A comparação com os dados populacionais apresentados no **QUADRO 2** ajuda a qualificar melhor algumas tendências. O crescimento da comarca do Rio das Mortes das últimas décadas do século XVIII para as primeiras do século XIX deve ser lido em comparação ao decréscimo na participação relativa da comarca de Ouro Preto. Todavia, é imprescindível perceber que a importância política da comarca de Ouro Preto vai permanecer, dada a centralidade burocrática e administrativa ancorada em sua base urbana desde o Dezoito, reforçando mesmo um contexto em que sua participação na distribuição demográfica vai ser inferior à sua participação política. Destino diferente terá a comarca do Rio das Velhas que mesmo mantendo população, em seu conjunto, vai perdendo progressivamente representatividade econômica e especialmente política no conjunto da província, tal qual evidenciam os dados de participação nos processos eleitorais. A comarca do Serro Frio teria o quadro mais estável, tanto na comparação com a dinâmica demográfica quanto na comparação entre os dados da distribuição de eleitores de 1822 e de votantes de 1842, o que pode ser atribuído à manutenção da centralidade urbana da cidade do Serro, e também de Diamantina, na primeira metade do Dezenove, continuando processo típico do Dezoito na dinâmica urbano-rural. A mesma comparação (entre 1822 e 1842) para as demais comarcas revela o crescimento da participação de Ouro Preto, especialmente por conta da área que em 1842 já pertence à comarca do Paraibuna e que vai traduzindo a importância crescente da Zona da Mata mineira em função já do desenvolvimento da cafeicultura; assim como a perda de importância da comarca do Rio das Velhas, no aprofundamento da incongruência entre a participação populacional e política.

Com base agora nos mesmos dados segmentados a partir da regionalização apresentada acima no **MAPA 1** é possível ratificar a permanência da centralidade da

região Mineradora, a efetiva região econômica com sentido pleno do Dezoito, como o espaço em que vai se concentrar o poder político nas Minas. Assim, para 1822, somadas as interseções, detêm a região mineradora 53,8% dos eleitores e para 1842 46,7% dos votantes, o que pode traduzir um arranjo já um pouco diverso na distribuição do conjunto da província, mas guardando ainda nítida centralidade para a região. Não deve, todavia, ser suprimida a lembrança que tratam-se de conjuntos de dados diferentes, sendo assim mais efetiva a análise da distribuição para cada um dos anos do que a comparação em si. Todavia, pensando o sentido da aqui repisada diferenciação progressiva do território, é perceptível também o desenvolvimento independente da região Curraleira e Campos Sul. Para 1822, somando-se mais uma vez as interseções, concentra a região Curraleira 16,9% dos votantes, o que contrasta fortemente com os 39,8% da região Campos Sul. O interessante porém é notar que dos 16,9% (42 eleitores) da Curraleira, mais da metade (10% ou 25 eleitores) deve-se à interseção com a região Mineradora, enquanto que para a Campos Sul, os 39,8% do total (99 eleitores), devem parcela muito menos expressiva (10,8% ou 27 eleitores) à interseção com a Mineradora, o que qualifica o efetivo desenvolvimento da porção sul do território e não um efeito decorrente da pertinácia da região Mineradora como se vê com a Curraleira. Acrescente-se ainda que a região Mineradora, excluídas as interseções já detêm sozinha 32,9% dos eleitores, o que demarca bem a centralidade de Ouro Preto e Mariana no concerto político de então. Mas é interessante também anotar que o Sertão Leste, que ao fim do XVIII permanece ainda como um espaço sem estatura de complementaridade, interdependência e polarização do entorno suficientes para a definição de uma região, ao menos no sentido econômico do termo, já a este momento do século XIX concentra já 9,2% dos eleitores, mais da metade deles dispostos em Núcleos como Ibitipoca e Pomba, ambos na Zona da Mata. Para 1842, essas tendências confirmam-se em boa medida. É exatamente o crescimento da importância da Zona da Mata, em particular nas áreas da comarca do Paraibuna (ver **MAPA 5**), que faz com que a concentração específica do Sertão Leste passe de 9,2% dos eleitores em 1822 para 14,5% dos votantes em 1842. As mudanças nas concentrações proporcionais das outras regiões vão em par com o crescimento desse espaço, que já em meados do Dezenove não poderia mesmo mais se chamar de sertão. Sendo assim verifica-se uma retração na Campos Sul (25,2% no total), mais em função do decréscimo na interseção com a Mineradora (antes 10,8%

e em 1842 5,5%), o que indica já dimensões amplas do deslocamento da centralidade até então monopolizada pela Mineradora. Já com a Curraleira se dá um aumento, concentrando 10,8% se somada a interseção com a mineradora, sendo todavia o acréscimo em relação a 1822 mais em função da própria área Curraleira do que do espaço superposto na Mineradora.

QUADRO 3: Eleitores/votantes por região

Região	1822		1842	
	nº	%	nº	%
Mineradora	82	32,93%	13770	33,12%
Mineradora / Campos Sul	27	10,84%	2275	5,47%
Mineradora / Curraleira	25	10,04%	3382	8,13%
Campos Sul	72	28,92%	10466	25,17%
Curraleira	17	6,83%	4491	10,80%
Sertão Leste	23	9,24%	6027	14,50%
Sertão Oeste	3	1,20%	1168	2,81%
Total	249	100%	41579	100%

Fontes: *RAPM*, ano 1 (1896) e "Exposição feita pelo exm. conselheiro Bernardo Jacintho da Veiga, na qualidade de presidente da provincia de Minas Geraes (...), 1843.

Tendo por base exclusivamente os dados de 1842, na divisão por comarcas específica para o período, tal qual apresentado no **QUADRO 3**, uma outra comparação é proveitosa, com base na informação disponível para este momento do números de fogos de cada uma das comarcas. Analisando a razão votantes/fogos é possível perceber que esta comarca detém a menor representatividade nesta relação é justamente a do Rio de São Francisco (0,19), que é parte da região original da Comarca do Rio das Velhas. O valor contrasta fortemente com o da comarca do Paraibuna (0,39) e da do Rio das Mortes (0,35). Considerando que a comparativo entre população (indiretamente apreendida pelo nº de fogos) e a participação eleitoral de cada um desses espaços oferece uma visão da tanto a dinâmica econômica, uma vez que o voto é censitário, quanto, por outro lado e especialmente, da força política de determinada comarca. Neste sentido, uma relação mais alta, como a comarca do Paraibuna, evidencia que uma população menor consegue ter uma presença política mais efetiva que a de uma outra área, como as comarcas do Rio São Francisco, Rio das Velhas ou Jequitinhonha.

Para aprofundar um pouco mais a análise primeiro conjunto de dados (1822) foram utilizadas aqui as Listas Nominativas de 1831/2 e 1838/40,⁹ buscando-se a reconstituição dos fogos de cada um dos indivíduos. Não foi possível, como em geral não o é nesse tipo de exercício, uma reconstituição massiva; entretanto, um número significativo de observações, com correta distribuição no espaço, foi obtido, permitindo algumas considerações sobre estrutura ocupacional e da posse de escravos desses indivíduos. Uma primeira questão que pode ser depreendida dos dados é a preponderância de indivíduos pertencentes ao setor agropecuário (36,3% do total), o associa-se diretamente à centralidade da terra como elemento de distinção e a posição de proprietário como uma necessidade efetiva para o exercício político. (**QUADRO 7**) Neste sentido, e a despeito da profissão que vai declarada nas listas, é de se esperar, como muitas vezes se confirma por outras fontes, como inventários, que indivíduos de outros setores ocupacionais, como os funcionários públicos e militares, com 22,6% do total da província, fossem também proprietários. Como se vê no **QUADRO 6**, esta situação comporta diferenciações significativas no espaço, de forma que na comarca de Ouro Preto é marcado o peso da centralidade do poder político e eclesiástico, permitindo que os dois setores perfaçam quase 60% do total da comarca. Já na comarca do Rio das Mortes, destaca-se fortemente o setor agropecuário (44,7%), base da expansão daquela economia regional, seguido da representação bem acima da média da província dos indivíduos ligados ao comércio (23,4%), o que não é senão a contraparte da dinâmica da agropecuária sendo realizada nos fluxos mercantis.

Quanto à estrutura da posse (**QUADRO 5**) é interessante notar que a maior parte dos eleitores identificados (63,2%) detinha um plantel grande (11 a 49 indivíduos) de escravos, sendo limitado os casos de plantéis muito grandes (acima de 50 indivíduos). Dentro dos pequenos plantéis (1 a 3 escravos) é também digno de nota, a preponderância da comarca de Ouro Preto. Tal fato pode ser lido como tributário das ligações dessa mão-de-obra ao ambiente urbano, por um lado, e à cultura não especializada de víveres, o que era comum à região. Analisando cada setor em separado (**QUADRO 4**), as conclusões não são muito diversas, podendo se anotar mais uma vez a

⁹ A coleção dos documentos originais pertence ao Arquivo Público Mineiro (APM), sendo aqui utilizados os dados processados pelo Núcleo de Pesquisas em História Econômica e Demográfica do Cedeplar/UFMG em um grande banco de dados para o conjunto da província em 1831/2, acrescido de informações para alguns núcleos faltantes com os dados de 1838/40.

ligação da utilização da mão-de-obra escrava com o setor agropecuário, e nisto a preponderância de plantéis grandes e muito grandes. Da mesma forma, o comércio de o funcionalismo público concentram plantéis grandes, sendo somente o setor eclesiástico o que concentra número significativo (23,6%) dos escravos distribuídos em plantéis com até três indivíduos, o que induz à interpretação de um uso preponderante dessa escravaria no meio urbano.

QUADRO 4: Estrutura da posse de escravos por setor ocupacional (Eleitores de 1822)

SETOR OCUPACIONAL	ESTRUTURA DA POSSE DE ESCRAVOS										Total	
	0		1 a 3		4 a 10		11 a 49		50 ou mais		OBS.	%
	OBS.	%	OBS.	%	OBS.	%	OBS.	%	OBS.	%		
Agropecuária	0	0,00	0	0,00	3	8,11	29	78,38	5	13,51	37	100
Artífices	1	100,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	100
Comércio	1	5,56	1	5,56	2	11,11	13	72,22	1	5,56	18	100
Funcionalismo Público e Militares	2	8,70	0	0,00	3	13,04	14	60,87	4	17,39	23	100
Mineração	0	0,00	0	0,00	0	0,00	5	100,00	0	0,00	5	100
Profissionais Liberais	0	0,00	0	0,00	1	100,00	0	0,00	0	0,00	1	100
Religiosos	2	11,76	4	23,53	6	35,29	5	29,41	0	0,00	17	100
Total	6	5,88	5	4,90	15	14,71	66	64,71	10	9,80	102	100

Fontes: APM, Listas Nominativas 1831/32 e 1838/40 em Banco de Dados do NPHEd / Cedeplar / UMFG.

QUADRO 5: Estrutura da posse de escravos por comarcas (Eleitores de 1822)

COMARCAS	ESTRUTURA DA POSSE DE ESCRAVOS										Total	
	0		1 a 3		4 a 10		11 a 49		50 ou mais		OBS.	%
	OBS.	%	OBS.	%	OBS.	%	OBS.	%	OBS.	%		
Ouro Preto	2	15,38	2	15,38	3	23,08	5	38,46	1	7,69	13	100
Paracatu	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	100,00	0	0,00	1	100
Rio das Mortes	1	2,56	3	7,69	5	12,82	27	69,23	3	7,69	39	100
Rio das Velhas	2	15,38	0	0,00	1	7,69	9	69,23	1	7,69	13	100
Serro Frio	0	0,00	0	0,00	3	30,00	6	60,00	1	10,00	10	100
Total	5	6,58	5	6,58	12	15,79	48	63,16	6	7,89	76	100

Fontes: APM, Listas Nominativas 1831/32 e 1838/40 em Banco de Dados do NPHEd / Cedeplar / UMFG.

QUADRO 6: Setor ocupacional por comarcas (Eleitores de 1822)

SETOR OCUPACIONAL	COMARCA										Total	
	Ouro Preto		Paracatu		Rio das Mortes		Rio das Velhas		Serro Frio		OBS.	%
	OBS.	%	OBS.	%	OBS.	%	OBS.	%	OBS.	%		
Agropecuária	5	29,41	1	50,00	21	44,68	6	26,09	4	30,77	37	36,27
Artífices	1	5,88	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,98
Comércio	1	5,88	1	50,00	11	23,40	5	21,74	0	0,00	18	17,65
Funcionalismo Público e Militares	4	23,53	0	0,00	8	17,02	6	26,09	5	38,46	23	22,55
Mineração	1	5,88	0	0,00	0	0,00	2	8,70	2	15,38	5	4,90
Profissionais Liberais	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	7,69	1	0,98
Religiosos	5	29,41	0	0,00	7	14,89	4	17,39	1	7,69	17	16,67
Total	17	100	2	100	47	100	23	100	13	100	102	100

Fontes: APM, Listas Nominativas 1831/32 e 1838/40 em Banco de Dados do NPHEd / Cedeplar / UMFG.

QUADRO 7: Setor ocupacional por comarcas (Eleitores de 1822)

SETOR OCUPACIONAL	COMARCA										Total	
	Ouro Preto		Paracatu		Rio das Mortes		Rio das Velhas		Serro Frio		OBS.	%
	OBS.	%	OBS.	%	OBS.	%	OBS.	%	OBS.	%		
Agropecuária	5	13,51	1	2,70	21	56,76	6	16,22	4	10,81	37	100
Artífices	1	100,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	100
Comércio	1	5,56	1	5,56	11	61,11	5	27,78	0	0,00	18	100
Funcionalismo Público e Militares	4	17,39	0	0,00	8	34,78	6	26,09	5	21,74	23	100
Mineração	1	20,00	0	0,00	0	0,00	2	40,00	2	40,00	5	100
Profissionais Liberais	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	100,00	1	100
Religiosos	5	29,41	0	0,00	7	41,18	4	23,53	1	5,88	17	100
Total	17	16,67	2	1,96	47	46,08	23	22,55	13	12,75	102	100

Fontes: APM, Listas Nominativas 1831/32 e 1838/40 em Banco de Dados do NPHEd / Cedeplar / UMFG.

Para completar a análise, é possível aprofundar um pouco mais as informações dos votantes para a década de 1840, com base nos dados da estrutura ocupacional depreendida de listas de qualificações de 1847 uma vez que não foram encontradas listas equivalentes e com mesmo nível de informação para 1842. Foram selecionados aqui alguns núcleos, sendo as informações das listas cuidadosamente separadas para se perceber essencialmente o espaço urbano de cada cidade analisada, permitindo assim certa ordem de reflexões, relevante para o exercício de percepção do espaço aqui desenvolvido, já qualificado na primeira parte do texto. Comparando São João Del Rei, Ouro Preto, Serro e Diamantina, ficam patentes algumas questões que podem ser assim sumariadas: Ouro Preto, como se vê no **QUADRO 8** tem concentrado no comércio (30%) e nos artífices (25,3) a maior parte de seus votantes em 1847, isto traduz, juntamente com os 19,4% de funcionários públicos e/ou militares, traços da centralidade urbana construída no XVIII por conta do ouro e traduzida em termos econômicos na densa estrutura de serviços que faz destacar a cidade no Dezenove adentro, assim como na estrutura administrativa própria da sede do poder. O pequeno percentual de votantes envolvidos com a agropecuária (5,8%) é a contraparte disto, tanto no que diz respeito à cidade quanto ao seu entorno. São João Del Rei (**QUADRO 9**) oferece cenário em que também comércio (23,7%) e artífices (36,7%) respondem pela maior parte das ocupações. As considerações são análogas a Ouro Preto no que diz respeito à centralidade construída no Dezoito e desdobrada no Dezenove, sendo São João centro fundamental ainda em meados do século XIX para todo o sul de Minas; todavia não se vê peso similar a Ouro Preto nos ofícios públicos, por um lado, e, por outro, vê-se

participação significativa de indivíduos que se declaram proprietários ou lavradores (18,3%) e que residem no espaço da vila. Dado de relevância é que comparando as duas cidades o comércio é ainda mais freqüente entre os votantes na primeira, mas se mais detalhadamente analisado o que se verifica é que na segunda é composto essencialmente por negociantes (92% dos indivíduos do setor comércio em São João contra 60% em Ouro Preto) e não por outras designações o que sugere de alguma forma o porte dessa atividade no contexto citadino. Diamantina (**QUADRO 10**), por sua vez tem na mineração (51,4%) o setor com maior destaque, acompanhado de significativa presença do comércio (21,6%) e dos artífices (12,2%), mas de reduzidíssima presença de indivíduos ligados à agropecuária entre os votantes (0,7%), o que em termos gerais traduz um quadro emblemático aos núcleos mineradores do século XVIII, exatamente por conta da atividade se fazer dinâmica na cidade ainda àquele momento, marcando claramente as ligações entre uma dinâmica econômica e social urbana e a mineração. Serro, finalmente, como se vê no **QUADRO 11** tem 53,5% dos votantes que residem no espaço da vila, mesmo nos fogos mais ao interior do núcleo urbano, envolvidos com a agropecuária, o que indica, ao que parece, a residência urbana de proprietários dispersos pelo interior da comarca, o que bem qualifica outra situação típica do século XVIII, que diz respeito à manutenção do urbano como espaço de representação, o que ao sul da província já não representava dimensão central, uma vez que o rural vai ganhando certa autonomia neste sentido. Anote-se ainda o percentual ainda significativo de envolvidos com o comércio (16,5%), assim como de artífices (16,5), o que constitui indício de centralidade do núcleo no espaço regional.

QUADRO 8: Ouro Preto (votantes em 1847)

Setor ocupacional	Idade média	Observações	% do Total
Agropecuária	46	46	5,8
Artífices	39	201	25,3
Comércio	41	238	30,0
Funcionalismo público e Militares	40	154	19,4
Mineração	46	31	3,9
Profissionais liberais	53	13	1,6
Religiosos	45	21	2,6
Outros	46	68	8,6
Sem Informação	44	22	2,8
Total	41	794	100

Fontes: APM, SPPP 1/11, caixas 17, 19 e 41.

QUADRO 9: São João (votantes em 1847)

Setor ocupacional	Idade média	Observações	% do Total
Agropecuária	46	100	18,3
Artífices	41	200	36,7
Comércio	44	129	23,7
Funcionalismo público e Militares	47	29	5,3
Mineração	43	2	0,4
Profissionais liberais	53	10	1,8
Religiosos	49	14	2,6
Outros	45	56	10,3
Sem Informação	58	5	0,9
Total	44	545	100

Fontes: APM, SPPP 1/11, caixas 17, 19 e 41.

QUADRO 10: Diamantina (votantes em 1847)

Setor ocupacional	Idade média	Observações	% do Total
Agropecuária	41	5	0,7
Artífices	42	87	12,2
Comércio	38	154	21,6
Funcionalismo público e Militares	41	48	6,7
Mineração	40	366	51,4
Profissionais liberais	47	9	1,3
Religiosos	64	8	1,1
Outros	51	33	4,6
Sem Informação	57	2	0,3
Total	41	712	100

Fontes: APM, SPPP 1/11, caixas 17, 19 e 41.

QUADRO 11: Serro (votantes em 1847)

Setor ocupacional	Idade média	Observações	% do Total
Agropecuária	42	401	53,5
Artífices	41	140	18,7
Comércio	41	124	16,5
Funcionalismo público e Militares	40	16	2,1
Mineração	39	36	4,8
Profissionais liberais	42	10	1,3
Religiosos	49	7	0,9
Outros	40	13	1,7
Sem Informação	59	3	0,4
Total	42	750	100

Fontes: APM, SPPP 1/11, caixas 17, 19 e 41.

O objetivo aqui não ultrapassou o interesse pela descrição ampla do cenário político mineiro na primeira metade do século XIX, de forma interconectada com uma reflexão específica sobre a formação do espaço mineiro e a diferenciação regional da capitania e depois da província. Trata-se assim de uma contribuição inicial ao debate, destinada a como que mapear alguns elementos fundamentais, buscando respalda-los

em fontes sistematizadas e articula-los a uma reflexão adensada sobre a questão espacial.

Referências Bibliográficas

- CUNHA, Alexandre Mendes; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. “A Tríade Urbana: construção coletiva do espaço, cultura e economia na passagem do século XVIII para o XIX em Minas Gerais”, *Anais do IX Seminário sobre a Economia Mineira*, vol. 1: 305-326, Cedeplar/UFMG, 2000.
- CUNHA, Alexandre Mendes; SIMÕES, Rodrigo Ferreira; e PAULA, João Antonio de. “História Econômica e Regionalização: contribuição a um desafio teórico-metodológico”. *Anais do XXXIII Encontro Nacional de Economia da ANPEC*. Natal: ANPEC, 2005.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação (O Abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Educação. 1993. [1979]
- MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. *Gênese e Estrutura da Cidade Mineradora*, Belo Horizonte, Cedeplar/UFMG, 2001. (Textos para Discussão n.º 164)
- RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O caso das Minas que não se esgotaram: a pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais Oitocentista*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1999. (Dissertação de Mestrado em Economia).
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.
- TILLY, Charles. *Coerção, capital e estados europeus*. São Paulo: Edusp, 1996.
- WALLERSTEIN, Immanuel. “Espaço Económico” [verbete] in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986 [Vol. 7 - Modo de Produção, Desenvolvimento/ Subdesenvolvimento]